

Impugnação ao Edital
Referente Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº 142/2023

Ao:
Município de Sagra da Família / RS
Pregoeira Sra. Eliane Ronsani

A empresa **MARAGON TERRAPLANAGEM**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 08.025.634/0001-00, estabelecida na Rua RS 587, KM 01, no Município de Rodeio Bonito/RS, CEP: 98.360-000, neste ato representada pelo sócio administrador SANDRO MARANGON, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 971.525.600-72 e RG 8070144277, vem por meio deste interpor pedido de impugnação ao edital do Pregão Presencial nº 142/2023, devido ao fato do edital estar em desacordo e restringindo a participação de mais empresas interessadas.

I - DOS FATOS

A lei das licitações 8.666, de 21 de junho de 1993, que traz no Art. 3º, é bem clara na questão da ampla concorrência, para que seja atingido o objetivo de se adquirir bens ou serviços pelo melhor preço, observando a necessidade da administração pública.

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

Analisando o disposto na lei, observasse claramente que, é vedada ao órgão público, criar empecilhos para a ampla participação, logo frustrando seu caráter competitivo, de maneira a impedir e restringir que empresas com equipamentos que possam atender a demanda do município possam participar do processo.

III - DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, REQUER-SE:

24/11/23
Eliane Ronsani

Que o item "3.2.1.3.2 - Para o atendimento da qualificação técnica" seja alterado/ajustado conforme os profissionais mencionados e previstos no item "3.2.1.3.1", para que, conste todos os profissionais que tenha registro no CREA e CAU, não limitando somente aos profissionais "ENGENHEIRO CIVIL e ARQUITETO", assim fazendo esta adequando o edital e abrindo espaços a mais participações, e que desta maneira cumpra a lei, no que diz respeito a ampla concorrência.

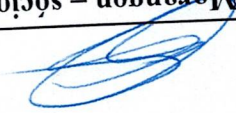
Quanto a exigência da parte final do item "3.2.1.3.2 - Para o atendimento da qualificação técnica" seja alterado/ajustado a exigência de ter executado serviços nos último 12(doze) meses, pois o edital já prevê outras garantias como a visita técnica, abrindo espaços a mais participações, e que desta maneira cumpra a lei, no que diz respeito a ampla concorrência.

Quanto a exigência da parte final do item "3.2.1.4 - qualificação econômica" seja alterado/ajustado a exigência dos índices da letra a) item 1,2, 3, 4, 5 e 6, pois a exigência do item "7" Patrimônio Líquido superior a 10% do valor da obra e demonstrativos atendem plenamente a garantia, assim fazendo esta adequando o edital e abrindo espaços a mais participações, e que desta maneira cumpra a lei, no que diz respeito a ampla concorrência.

Com esses ajustes/alterações no edital é possível a participação de mais empresas, o que implica em maior concorrência e melhor preço ao município.

Nesses termos,
Pede deferimento.

Rodeio Bonito, 23 de novembro de 2023.


Sandro Marangon - sócio proprietário
Cpf: 971.525.600-72